



PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - ILHÉUS – BAHIA

“ALIANÇA POPULAR: PRA LIBERTAR ILHÉUS”

Programa de governo do PSOL 50 – 2016

Um pouco da realidade:

O município de Ilhéus tem tradição no conjunto dos lugares que DIZEM das origens do Brasil, da Bahia e da Região Sul. É destaque mundial por meio da literatura, tem a Costa mais exuberante dentre muitas que conhecemos; está na Mata Atlântica – sendo que comporta a maior biodiversidade em vários aspectos; tem potencial para o turismo de várias modalidades – cultural, místico, de aventuras, de lazer, comercial -; tem uma História recheada de detalhes, a exemplo do Engenho de Santana, onde os negros construíram a 1ª Carta com reivindicações de que se tem conhecimento na historiografia – Carta esta que foi analisada sob vários aspectos por uma Equipe de pesquisadores/as da UESC -; e a histórica “Batalha dos Nadadores”, quando prepostos do Estado à época, sob a guia do então Governador Geral, Mem de Sá, exterminaram milhares de indígenas da etnia que hoje é conhecida como TUPINAMBÁ; tem cerca de 100 terreiros de matriz africana, nos quais é praticada a mística dos orixás. Aí, a maioria dos freqüentadores é composta por negros/as.

A população ocupa um território de 1.721 km², com extensão regional, fazendo divisa com municípios como: Una, Itabuna, Buerarema, Uruçuca, Itacaré, Aurelino Leal, Gongogi, Itajuípe, Coaraci e Itapitanga. Somos 180.260 habitantes, com maioria formada por pretos e pardos [=negros], com apenas 19% de brancos. Do ponto de vista dos dados sociais e econômicos, a situação é gravíssima: somos mais de 82 mil pessoas sobrevivendo com $\frac{1}{4}$ ou $\frac{1}{2}$ salário mínimo; e este mesmo contingente tem entre 3 e 5 anos de estudo.



PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - ILHÉUS – BAHIA

A situação da educação, portanto é de preocupar. E o que vemos: ano após ano a rede pública municipal vai diminuindo. Caiu de 35 mil no ano de 2003 para menos de 22 em 2015. Ainda complica o fato de termos espaços escolares, na sua maioria, em locais inadequados, alugados e que se constituem verdadeiras arapucas para trabalhadores/as em educação e principalmente, para estudantes. Já se vão mais de 25 anos que não se constrói uma ESCOLA no município. A exceção são o CAIC [feito pelo Governo Federal, na década de 90], o CEFA [feito pela Fundação Fé e Alegria do Brasil, com apoio de instituições internacionais, também na década de 90] e a Escola Pequeno Príncipe, na Conquista [que se constituiu verdadeira novela mexicana, dado o fato de que teve seu início em 2009, foi paralisada em 2012 e só recomeçou em 2013, com modificação na sua planta original, sendo inaugurada apenas em 2016, mas já com problemas, porque na primeira chuva de julho, teve seus espaços alagados]. No mais são reformas conhecidas como “sonrisal”, feitas a toque de caixa, em desrespeito às determinações do Ministério Público e do Conselho Municipal de Educação, além do que é pior, da total falta de transparência nos procedimentos. Basta ver que nos últimos anos ninguém teve acesso a uma planilha sequer das reformas e, até o acesso de pessoas, de órgãos de controle tem sido vedado pelo Governo de plantão, com justificativas NADA justificáveis, já que se trata de OBRAS PÚBLICAS. Se quisermos ver a situação piorar, pensemos na educação que é oferecida aos sujeitos que vivem na zona rural. Ali – são 13 Nucleadas – os espaços são mínimos, as condições são precárias, o transporte escolar é deficitário – e segue o ritmo dos acordos eleitorais -; profissionais – no que se refere às “salas isoladas” são enviados isoladamente (quando deveriam ir ao menos em dois) e correm todo tipo de risco; além de perceberem os mesmos salários de quem trabalha na Sede. É pois preciso fazer uma “revolução na educação” de Ilhéus (recorrendo a expressão de Cristóvam Buarque).



PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - ILHÉUS – BAHIA

Ainda temos as Leis que não vingam: “professor destaque do ano”; “dia do capoeirista”; parte da Lei Orgânica que se refere à educação. Ainda podemos falar do desrespeito a Constituição de 88, à Lei 9.394/96, à Lei do Piso: 11.738/08; e às Leis Municipais que criam os PCCS de professores e funcionários: 3.346/08 e 3.549/11. É que dispositivos legais oriundos destas últimas Leis: Carreira, Mudança de Padrão/Nível, Mudança de Referência e Gratificação de Estímulo andam em “marcha lenta” ou não andam. Note-se que professores já acumulam perdas de 42% e funcionários, 30%, coisa que defasa seus vencimentos desde 2013, com a chegada do atual Prefeito.

Na saúde, vivemos a situação de falta de saúde. Só o Hospital Regional atende a população local – e regional -. O Programa de Saúde da Família – que já foi referência junto aos bairros da periferia – se encontra em situação de calamidade; os postos de saúde mais estratégicos vivem em situação de penúria, já que faltam profissionais, remédios e coisas mínimas. Esta situação piora quando falamos da saúde dos sujeitos que vivem na zona rural que tem hora para adoecer e para ser atendidos, a exemplo dos que moram em Sambaituba e adjacências. É como se estas pessoas não tivessem “direito aos serviços do território”, como bem dizia Boaventura de Sousa Santos.

Tentativa recente de terceirizar a saúde municipal foi iniciada pelo Prefeito, mas foi barrada pela iniciativa de setores do Conselho Municipal de Saúde, a exemplo do conselheiro Jorge Luiz.

Quando se pensa na política orçamentária, determinada nos artigos 165-9 da CF-88 e na Lei 101/2000 alterada pela Lei 131/09], vivemos um processo de regressão nos seus aspectos democráticos, de transparência e controle por parte dos cidadãos. Só no Governo – ligeiro – de Valderico Reis foi ensaiada a participação social na construção do PPA [Plano Pluri-Anual]; ainda com Newton Lima tivemos momentos de discussão da política setorial para construir não apenas o PPA, mas também a LDO [Lei de Diretrizes Orçamentária] e a



PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - ILHÉUS – BAHIA

LOA [Lei Orçamentária Anual]. No Governo atual, ainda que a propaganda oficial fale de democracia, ninguém ouve falar do que está sendo pensado do ponto de vista das políticas orçamentárias. Foi assim com o PPA construído em 2013 e tem sido assim com as LDO's e LOA's dos últimos anos. E para piorar, os dispositivos das LDO's que ainda vigiam nos Governos de Valderico e Newton, foram extraídos sem sequer “informar” – quem dirá dialogar – à população. E o pior é que o Legislativo tem sido leniente, omissivo e “satisfeito” com esta situação.

Destaque-se que o Orçamento Municipal recebe adição de cerca de 40 milhões ano – ainda que seja para “constar”, mas não há equilíbrio entre as “pastas”. Exemplo: o orçamento de 2016 está orçado em 414 milhões. Destes 119 vão para a educação, depois vem a Saúde, Serviços Urbanos e, agora, como novidade – dado o crescimento absurdo dos pardais – o Setor de Transporte e Trânsito aparece como 4º em rubrica, com um total de 37 milhões. E nisto supera Serviços Sociais, sai na frente do Meio Ambiente e dá 1x0 na SEINFRA e na Agricultura.

Nisto tudo cabe uma pergunta: num município com a biodiversidade, com a orla que tem, com a extensão de 1.721 km², não se deveria dar um destaque maior às últimas áreas citadas no parágrafo acima na política orçamentária? Vê-se que a situação é de conveniência e que os [dês]Governos que assumiram e assumem o Palácio – agora MUSEU – não tem PROJETO, nem Programa e sequer pensam o município do ponto de vista do planejamento. O exemplo está no atual Prefeito que não construiu um Programa de Governo para Ilhéus, já que o Blog Agravo provou que o Programa do Rio Grande do Sul/Fogaça foi objeto de cópia e cola. Será que a Capital do Estado do Sul Maravilha “caberia” aqui dentro? Nem no tamanho, nem nos problemas e muito menos nas soluções. De sorte que uma gestão que “calça o sapato dos outros”, quando deveria ter os próprios, não “sabe como andar direito”.



PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - ILHÉUS – BAHIA

Além disso, o Governo não discutiu, construiu e sancionou o Plano de Metas determinado na Lei Orgânica [artigo 73], por meio do qual daria uma articulada no Governo e apontaria quais os caminhos a seguir para os anos a seguir, diante de tantas demandas. Ele deveria, após 30 dias de empossado, chamar a sociedade, fazer o debate e em 100 dias sancionar o dito Documento.

Ainda temos a questão dos serviços nas encostas, morros e periferias que são postergados, seja por falta de planejamento, seja por falta de prioridade. Desde que assumiu a Prefeitura o Governo JR vem dando desculpas para não encarar os problemas dos diversos morros da cidade, sendo que apenas em 2016, ano eleitoral, licitou ações em dois dos diversos morros da cidade.

Situação não menos complexa, mas tratada como se não fosse relevante, é a questão do transporte e trânsito. Temos um trânsito afogado, apenas o modal do transporte coletivo e com um monopólio que em hipótese alguma beneficia a cidadania. Cremos ser necessário fazer uma grande discussão no município, no sentido de se explorar alternativas técnicas, viáveis e que contemplem a realidade das pessoas. Por isto, compreendemos que além da Ponte Lomanto Júnior, temos que encontrar outro caminho para a chegada à Zona Sul; assim como precisamos “explorar” a nossa riqueza hídrica – por mar e por rio – para fazer a travessia – tal qual se dá entre Porto Seguro e Arraial da Ajuda, chegar à Lagoa Encantada, ao Rio do Engenho, a Sambaituba, à Vila Juerana, dentre outras localidades.

A - DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL:

É preciso enfrentar a realidade dos espaços rurais com propriedade, planejamento e ressignificação do tema para a vida municipal. Portanto, cumpre a um Governo do PSOL, ainda que num Modelo Político-Econômico Capitalista:



PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - ILHÉUS – BAHIA

[a] abrir o diálogo com fazendeiros [são 490 fazendas cadastradas, segundo pesquisa de José Nazal], assentados e agricultores familiares no sentido de ouvir as suas demandas e construir pontes para a melhoria da vida e da dignidade dos 16% que resistem nos espaços;

[b] buscar instituições do Sistema Financeiro, principalmente bancos públicos e instituições como EBDA, CEPLAC e outros para garantir financiamento, formação e assistência técnica;

[c] manter e melhorar as condições de trafegabilidade das estradas vicinais no sentido de escoar a produção dos pequenos produtores;

[d] a partir das Escolas Nucleadas, criar os Centros Culturais Comunitários, nos 10 distritos, por meio dos quais serão catalogados os valores culturais, as tradições, as festas; nestes espaços serão oportunizados momentos de práticas de jogos diversos; da potencialização dos valores locais; e das festas locais.

Obs: a cada ano será realizado o Encontro dos Centros Culturais Comunitários, momento de conagração das diversas regiões municipais;

[e] Centros para comercialização dos produtos locais serão construídos, no sentido de que o local abasteça as demandas locais.

B - EDUCAÇÃO COM QUALIDADE SOCIALMENTE REFERENCIADA E RESPONSABILIDADE COM O PROCESSO ENSINO – APRENDIZAGEM:

Conforme contexto acima, a educação municipal padece de certa paralisia, sendo necessário um agir consistente, um planejamento permanente e uma ação parceira com os sujeitos que fazem este direito social acontecer no município. Portanto, urge:

[1] cumprir e fazer cumprir a Legislação relativa á área: CF-88, artigos 205-2014; Lei 9.394/96; Lei 13.005/14 [PNE]; Lei 11.738/08 [Lei do Piso Salarial];



PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - ILHÉUS – BAHIA

Leis sobre a diversidade: 10.639/03 e 11.645/08; Leis Municipais 3.346/08 e 3.549/11; Lei 3.629/15 [PME] e Diretrizes Curriculares, pedagógicas e Operacionais para a Educação do Campo e Resoluções do CME;

[2] realizar Jornada Pedagógica anual a partir de diagnóstico da realidade e com temas que discutam a realidade;

[3] criar Equipe de Projeto para captação de recursos junto a várias instituições públicas e privadas, tendo em vista potencializar a educação local;

[4] a partir do Regime de Colaboração, buscar a parceria do Estado e da União para garantir a educação para a diversidade, por meio da valorização das culturas negra, indígena e dos sujeitos do campo. E para tanto, efetivar, de forma progressiva a Meta 21 sobre a Educação do Campo;

[5] quanto aos Programas Suplementares [transporte, alimentação e saúde e material didático-escolar], descritos nos artigos 208, VII; 2012, § 4º da C-88 e 4º, VIII da Lei 9.394/96, serão tratados de acordo com as orientações da Resolução 38 do FNDE, da Lei 11.947/09 e as orientações CAE, do CME e do FUNDEB, conforme abaixo:

[a] regularização dos ônibus do Programa Caminho da Escola e ampliação do número dos mesmos para atendimento de qualidade aos alunos do Campo;

Obs: intolerância geral para com os arranjos entre Governo e Empresas de Transporte Privadas com seus carros sucateados para transportar os cidadãos que são nossos alunos.

[b] aquisição, prioritária, dos produtos da agricultura familiar para a oferta da alimentação escolar;

[c] criação de parceria entre Educação, Saúde, Interior e Assistência Social para realização dos exames anuais em todos os alunos do Sistema Seduc, no



PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - ILHÉUS – BAHIA

sentido de cumprir o item alimentação saudável com base em dados sanitários, sociais e psicológicos.

Obs: a partir de um diálogo com as famílias e com escolas da rede particular, alunos migrados deverão portar, no ato da matrícula no sistema municipal de educação, a Carteira de Saúde atualizada;

[d] os materiais didático-escolares deverão passar por uma discussão sobre as determinações legais quanto à diversidade e aos valores locais, iniciando a criação de equipe multi-disciplinar em vista da produção local dos ditos materiais, a partir das características locais, regionais e em diálogo com os aspectos gerais

[6] ampliar e fortalecer a Equipe que cuidará da Educação do Campo, dando a esta Modalidade de Educação o devido cuidado, conforme previsto nas Resoluções 01/02, 02/08, Decreto 7.352/10, Lei 12.960/14 e Resoluções do CME;

[7] realização anual da “busca ativa” durante do processo de matrícula para o Sistema Municipal de Educação, em diálogo com as escolas e suas gestões, com o CME, com o FME, com o MP da Educação e da Criança e do Adolescente e com a Defensoria Pública da Criança e do Adolescente, além do Juizado da Infância e da Juventude;

[8] no que tange a valorização do Magistério, é urgente a abertura do diálogo com a Categoria e com seus representantes sindicais para:

[a] encontrar caminhos que recompanham as perdas salariais derivadas do descumprimento das determinações do artigo 37, X da CF-88, das Leis 11.738/08, 3.346/08 e 3.549/11;

[b] busca institucional das Instituições de Ensino Superior, especialmente UESC e UFSB, além da UNCME e do CME, CAE e FUNDEB no sentido de



PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - ILHÉUS – BAHIA

garantir programa de formação inicial e continuada, programática e segundo calendário para todos os integrantes do Magistério Municipal;

[9] realização de Programa complementar à educação no turno oposto para, potencializar a educação integral e de tempo integral no município, em parceria com o setor de Serviço Social, Cultura, Meio Ambiente e outras áreas da governança municipal.

Obs: para tanto, criar Projeto de construção de quadras poli-esportivas e parques temáticos em cada bairro, a começar pelos mais fragilizados, atingindo aqueles melhor dotados de equipamentos e de oportunidades;

[10] a educação municipal terá, a cada ano, o seu dia de socialização das experiências exitosas no sentido de integrar a Rede e de gerar o sentimento de pertença entre todos que a integram;

[11] a SEDUC terá a sua autonomia administrativa e financeira efetivada, no sentido de que os recursos da pasta sejam utilizados e potencializados com foco na educação;

C – SAÚDE, COM FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA E DO CUIDADO COM OS MAIS FRAGILIZADOS:

O Conselho Municipal de Saúde e a Defensoria Pública do Estado já constataram que o problema da saúde no município está na situação deficitária da atenção básica, coisa que prejudica as populações mais fragilizadas, a exemplo de negros [principalmente os acometidos de anemia falciforme], indígenas, mulheres, crianças e idosos que compõem os 82 mil sobreviventes com $\frac{1}{4}$ ou $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Por isso, o Governo priorizará:

- construção e ampliação de postos de saúde nos bairros periféricos e nos espaços do meio rural, com disponibilização de profissionais médicos e técnicos, além de providenciar a ambulância para deslocamento em situação de risco para os cidadãos;



PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - ILHÉUS – BAHIA

- criação de mutirões ambulantes para atendimento de pacientes nos espaços rurais e nos bairros periféricos a partir das especialidades, com agendamento junto a hospitais melhor preparados a partir das constatações nos mutirões.

Obs: o Setor de Saúde criará mecanismos para ouvir a população no que se refere à qualidade do atendimento e para observar as demandas em vista de maior planejamento do governo e da Pasta.

FORTALECER O SUS COM AÇÕES LOCAIS PARA A SAÚDE

- a)** Implementar as diretrizes gerais do SUS.
- b)** Realizar diagnóstico da estrutura administrativa e convocar aprovados em recente concurso.
- c)** Dialogar com o setor saúde visando avançar com o Plano de Carreira Cargos e Salários para a saúde, seguindo as Diretrizes Nacionais para o PCCS do SUS.
- d)** Reordenar o Sistema Municipal de Saúde, criando subsistemas de saúde, descentralizando e levando o setor saúde para mais perto das populações. Exemplo da zona sul.
- e)** Buscar parceria com organizações governamentais, não governamentais e iniciativa privada para construir no município um centro que acolha e cuide das pessoas em situação de dependência química. Espaço onde possam passar por tratamento, passem por processos de profissionalização e possam retornar com empregos garantidos nas empresas parceiras. O centro gerido e tendo os processos de trabalho conduzidos por equipe multiprofissional que se relacione também com a família do dependente, preparando o ambiente que o acolherá pós fase de tratamento.
- f)** Fortalecimento das vigilâncias do campo da saúde coletiva: Atenção Básica , Vigilância à Saúde:



PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - ILHÉUS – BAHIA

- Equipar a “rede de frio” municipal a deixando em condições adequadas de funcionamento.
 - Garantir salas de vacina em todas as unidades de saúde – extremamente importante a oferta de imunobiologicos em todas as unidades.
 - Atendimento em zona rural com oferta de serviços como preventivo, exame de próstata, dentista, exame de vista, etc.
 - Ampliação da rede básica de saúde no campo e na cidade Equipes de Saúde da Família seguindo os requisitos básicos do programa nacional.
 - Construir unidades de saúde próprias dentro de padrões de ambientes saudáveis, com maiores ofertas de serviços, equipamentos e pessoal.
 - Construção de Policlínica (s).
 - Estruturar, e qualificar a assistência farmacêutica e ampliar o acesso da população aos medicamentos e insumos.
 - Estruturação da atenção à saúde bucal, ampliar o número de consultórios odontológicos e instrumental suficiente para realização de procedimentos odontológicos preventivos e curativos;
 - Reestruturar a regulação visando garantir a acessibilidade da população aos procedimentos de média e alta complexidade;
 - Readequar e garantir a assistências aos ciclos evolutivos da vida (criança, adolescente, adulto e idoso); Fortalecer a capacidade de respostas às doenças emergentes e endêmicas como Dengue, Zika-Vírus e outras.
- g)** Criar mecanismos de referência e contra referência entre as unidades básicas e outros níveis de atenção para atendimento aos usuários dos SUS;
- h)** Ampliar, readequar e garantir a assistência ao pré-natal de alto risco;



PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - ILHÉUS – BAHIA

- i) Reestruturar a atenção à saúde da mulher focando no programa de prevenção do câncer de colo de útero e mama;
- j) Redução da mortalidade infantil precoce.
- l) Implantação de UPAs.

D – CULTURA: DIÁLOGO ENTRE O GLOBAL E O LOCAL, POTENCIALIZANDO AS QUESTÕES MUNICIPAIS E REGIONAIS, SEMPRE EM DIÁLOGO COM ATORES NACIONAIS:

Ilhéus tem uma riqueza cultural que é cantada em versos e prosas mundo afora. Mas valoriza pouco ou nada os valores culturais de que dispõe. O Governo, então, agirá para reconhecer e valorizar os locais a partir de:

[1] criação dos centros culturais comunitários nos espaços rurais, nos bairros periféricos e no Centro, visando mapear, catalogar e destacar os costumes, alimentos e valores de cada localidade – priorizando os espaços do campo e bairros periféricos -. A efetivação desta política levará em conta os aspectos citados na letra A.d. [acima];

[2] anualmente os Centros Culturais Comunitários realizarão seu dia de conagração com tema escolhido a partir do diálogo prévio entre as pessoas e as coordenações de cada Centro Cultural;

[3] anualmente será realizado o Carnaval Cultural, fortalecendo as culturas de cada distrito, bairro e povoado;

[4] as festas tradicionalmente realizadas receberão incentivos do município, sempre buscando a parceria com o Governo do Estado e a União.

[5] artistas das mais diversas matizes serão valorizados, inclusive, apoiando as iniciativas artísticas já existentes, por meio do suporte institucional e financeiro, com a celebração de convênios para o atendimento das potencialidades locais,



PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - ILHÉUS – BAHIA

que deverão ser buscadas nos espaços educativos do sistema de educação, do NRE e que estejam inseridos em instituições locais.

▪ CULTURA PARA A SUSTENTABILIDADE.

Abrir amplo debate com o setor da arte e cultura para viabilizarmos um plano municipal que dialogue com os diversos setores, educação, saúde, turismo, meio ambiente, que promova e reconheça as diversas manifestações culturais, e essencialmente, que permita que a valorização da arte e cultura chegue às diversas comunidades.

Busca de parcerias para a criação da Casa de Arte e Cultura Municipal, local onde serão ministradas aulas das diversas manifestações artístico-culturais tais como a dança, teatro, música e artes plásticas, entre outras:

Incentivo e apoio aos grupos culturais e casas de cultura existentes no município;

Articular, junto com outros setores e entidades, a luta para criação do curso superior de Artes na região;

Promover eventos que valorizem os artistas e grupos culturais do município, tais como festivais de música e dança, concurso de quadrilhas juninas, mostras de desenhos, de artes plásticas e de grafite (arte de rua), entre outros.

E – POLÍTICA PÚBLICA DO ORÇAMENTO PÚBLICO PARTICIPATIVO:

A Constituição Federal de 88, a Lei 101/2000, alterada pela Lei 131/09 e a Lei Orgânica de Ilhéus determinam a participação da população no processo de discussão, construção, execução, acompanhamento e avaliação do ciclo Orçamentário. Ocorre que Governos sucessivos vem desrespeitando tais determinações. O Governo do Psol atuará neste sentido a partir das seguintes políticas:



PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - ILHÉUS – BAHIA

[1] envio de PL ao Legislativo para a criação da Política Municipal do Orçamento Público Participativo com as seguintes linhas de ação:

[a] construção da competência planejadora a cada ano em todas as instâncias do Governo Local, sob a batuta da Secretaria de Governo e de Planejamento;

[b] a Secretaria de Planejamento atuará na articulação entre as Secretarias e a População, por meio do disparo do processo permanente de planejamento, trabalhando:

-os QDDs do orçamento em execução e do seu monitoramento e avaliação, no sentido de rever condutas, metas e ações;

-dialogar nos distritos e bairros com a população sempre avaliando a efetivação da LOA do ano anterior e em execução e construindo as bases e prioridades para a construção da Lei de Diretrizes Orçamentária do ano fiscal seguinte e da Lei Orçamentária Anual.

Obs: para tanto, reverá, por meio de proposta modificativa à Lei Orgânica para repensar os prazos atuais para o envio de cada Peça do Ciclo Orçamentário pelo Executivo ao Legislativo.

[c] a política orçamentária enquanto processo e planejamento produzirá encontros de formação sobre política orçamentária para ser realizada durante os momentos de discussão do ciclo orçamentário municipal.

➤ GOVERNANÇA

- Criação de ferramentas de combate à corrupção:
- Auditoria nas contas públicas municipais, dando os encaminhamentos legais necessários e divulgação junto à população.
- Criar mecanismo institucional de monitoramento das licitações públicas, além de estimular a participação popular nesse monitoramento.



PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - ILHÉUS – BAHIA

- Fortalecimento da democracia participativa, através das instâncias de controle social (conselhos e conferências).
- Estabelecer Critérios na escolha dos cargos de confiança e comissionados, exigindo como pré-requisitos para ocupar tais cargos a competência técnica e atendimento aos princípios da Lei da Ficha Limpa.
- Garantir estrutura para o pleno funcionamento das instâncias de controle social (Conselhos e Conferências).
- Convocar todos os setores da sociedade civil local para a participação efetiva – em audiências públicas, plebiscitos e referendos, entre outros – nos processos de decisão, monitoramento e avaliação das ações governamentais;
- Respeito às decisões emanadas do povo e das suas instâncias representativas.
- Implementar uma gestão eficiente que utilize as ferramentas de gestão, respeitando e envolvendo as etapas de planejamento, execução e avaliação, com participação popular.
- Soerguimento da administração pública (desprivatização):
 - Construção de unidades escolares e de saúde próprias.
 - Aquisição de veículos próprios.
 - Aquisição de equipamentos de coleta de resíduos.
 - Promoção da coleta seletiva.

➤ EQUIDADE, JUSTIÇA SOCIAL E CULTURA DE PAZ:

- a) Promover o programa "comunidades saudáveis".
- b) Garantir com equidade a presença das políticas públicas nas comunidades urbanas e rurais.



PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - ILHÉUS – BAHIA

c) Estabelecer parcerias comunidades/escolares para construir quadras poliesportivas em comunidades morros, zona rural, outros espaços. Promover nas comunidades a cultura de paz.

8. PROGRAMA FEMINISTA DO PSOL (PROPOSTAS):

Instituir cotas mínimas de mulheres nas Secretarias, conferências, conselhos;

Articular as Secretarias para desenvolvimento de ações direcionadas às mulheres nas demais áreas de intervenção governamental e políticas públicas;

Construir equipamentos urbanos coletivos necessários como criação de lavanderias, cozinhas e refeitórios coletivos públicos;

Democratizar radicalmente os espaços de definição de políticas públicas para mulheres de forma que as cidadãs possam não só ser consultadas, mas deliberar sobre ações do governo nesse campo;

Criar Secretarias de Políticas Públicas para Mulheres com garantia de recursos financeiros e humanos e autonomia para seu funcionamento;

Inclusão do recorte de gênero nos orçamentos públicos, (PPA, LDO e LOA), que se constituem como instrumentos estratégicos para tornar visíveis as desigualdades de gênero e para influir nos gastos públicos;

Regularizar e conceder licenças às trabalhadoras ambulantes;

Criar programas de capacitação da mão de obra feminina;

Garantir financiamento e regularização de cooperativas de pequenos/as produtores/as e grupos de economia solidária;

Garantir prioridade para as servidoras com filhos escolherem local e horário de trabalho;

Garantir direitos sociais, à saúde, ao trabalho, à moradia e de liberdade de movimento para as prostitutas;

Realizar concurso público para profissionais especializados no atendimento de mulheres em situação de violência;



PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - ILHÉUS – BAHIA

Organizar equipes multiprofissionais nos serviços de saúde de forma que qualquer profissional, auxiliar de limpeza ou médico/a esteja apto/a a atender com respeito à mulher vítima de violência;

Desenvolver campanhas de combate à violência contra as mulheres direcionadas tanto ao funcionalismo público quanto à sociedade em geral;

Capacitar profissionais dos postos de saúde para atendimento e orientação à mulher vítima de violência;

Fazer articulação com outros poderes para tornar possível a existência de juizados, promotorias defensorias e DEAMs no município, com pessoal capacitado;

Realizar treinamento com os guardas municipais de forma a não reproduzirem e combaterem a violência contra a mulher e a opressão de gênero;

Atender de forma prioritária mulheres em situação de violência em programas de trabalho e renda e moradia;

Criar serviço telefônico de orientação a mulheres vítimas de violência;

Ampliar os Centros de Referência e Assistência Social – CRAS no município e garantir equipes multiprofissionais que atuem na perspectiva da transversalidade de gênero e raça;

Promover a Rede de atendimento a mulher em situação de violências na perspectiva de garantir a integralidade das ações.

Ilhéus, agosto de 2016.

“ALIANÇA POPULAR: PRA LIBERTAR ILHÉUS”